



## PROVA ESCRITA OBJETIVA

### DIREITO CONSTITUCIONAL

**01. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:**

- a) Às leis complementares.
- b) Às leis ordinárias.
- c) Às emendas constitucionais.
- d) Aos decretos legislativos.
- e) Resolução.

**02. Quanto ao sistema de iniciativa das emendas constitucionais é correto afirmar que podem ser propostas por:**

- a) Mais de dois terços das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a unanimidade de votos.
- b) Mais de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria simples de votos.
- c) Mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria relativa de votos.
- d) Mais de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a unanimidade de votos.
- e) Mais de um quarto das Assembléias legislativas das unidades da Federação, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria absoluta dos votos.

**03. No tocante às hipóteses de criação de Estados-membros, previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a opção CORRETA:**

- a) Na cisão, o estado subdivide-se em dois ou mais estados membros, com personalidades distintas, mantendo o estado originário sua personalidade jurídica.
- b) No desmembramento para a formação de novo estado, o estado originário perde sua identidade, para formar um novo estado com personalidade jurídica própria.
- c) No desmembramento para a anexação de outro estado, a parte desmembrada constituirá novo estado, com identidade própria.
- d) Na fusão, dois ou mais estados unem-se, geograficamente, para a formação de um novo estado, o que implica perda da personalidade primitiva.
- e) Na cisão, o estado subdivide-se em dois ou mais estados membros, com personalidades distintas, mantendo o estado originário sua personalidade jurídica.

**04. Marque abaixo apenas à afirmativa CORRETA:**

- a) É cargo privativo de brasileiro nato, o de Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- b) É cargo privativo de brasileiro nato, o de Ministro do Tribunal de Contas da União;
- c) É cargo privativo de brasileiro nato, o de Ministro de Estado da Defesa;
- d) É cargo privativo de brasileiro nato, o de Governador de Estado;
- e) É cargo privativo de brasileiro nato, o de Ministro de Estado da Fazenda;

**05. O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar:**

- a) Do Congresso Nacional, na fiscalização contábil e financeira da União. Suas decisões possuem natureza administrativa.
- b) Do Poder Judiciário Federal, na apuração de improbidades administrativas. Suas decisões possuem natureza jurisdicional.



- c) Da Presidência da República, na fiscalização contábil e financeira da União, dos Estados e dos Municípios. Suas decisões possuem natureza administrativa.
- d) Do Ministério Público da União, na fiscalização de ilícitos penais ligados à administração pública. Suas decisões possuem natureza jurisdicional.
- e) Do Ministério Público da União, na fiscalização de ilícitos penais ligados à administração pública. Suas decisões possuem natureza jurisdicional.

**06. Suponha que a Comissão de Educação do Senado tenha convocado o Ministro de Educação para prestar pessoalmente informações sobre assunto relativo à política nacional de educação adotada pelo governo federal. Nesse caso:**

- a) A convocação só poderia ser feita pelo Senado, e não por uma de suas comissões.
- b) A convocação é inconstitucional, pois a Comissão só poderia encaminhar pedido escrito de informações ao Ministro, mas não sua presença pessoal.
- c) A convocação é constitucional, e a ausência injustificada do Ministro importaria crime de responsabilidade.
- d) A convocação é constitucional, mas a ausência (mesmo que injustificada) do Ministro não importa crime de responsabilidade.
- e) Não existe previsão constitucional de convocação de ministros pelo Senado.

**07. Caracteriza-se como controle difuso de constitucionalidade:**

- a) A ação direta de inconstitucionalidade.
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- c) A ação declaratória de constitucionalidade.
- d) O recurso extraordinário.
- e) Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

**08. A cláusula de reserva de plenário obriga:**

- a) Os tribunais a declarar a inconstitucionalidade de lei apenas pelo

voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, não podendo ser dispensada em qualquer hipótese.

- b) Os tribunais a declarar a inconstitucionalidade de lei apenas pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, podendo ser dispensada quando já houver pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
- c) O Congresso Nacional a aprovar, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, os projetos de lei ordinária, podendo ser dispensada quando o projeto for aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.
- d) O Congresso Nacional a aprovar, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, os projetos de emenda à Constituição, não podendo ser dispensada em qualquer hipótese.
- e) Os tribunais a a declarar a inconstitucionalidade de lei apenas se houver concordância da maioria absoluta do plenário Poder Legislativo que aprovou a lei.

**09. Segundo a Constituição de 1988, constitui crime inafiançável e imprescritível:**

- a) A prática da tortura.
- b) A prática do racismo.
- c) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) O definido em lei como hediondo.
- e) O tráfico de armas

**10. A respeito do Conselho Nacional de Justiça é correto afirmar que:**

- a) O CNJ, sendo órgão do Poder Judiciário, atua apenas mediante provocação, não podendo atuar de ofício.
- b) Não cabe ao CNJ, órgão que integra o Poder Judiciário, zelar por princípios relativos à Administração Pública.
- c) O CNJ não pode determinar interceptação telefônica durante investigação de crimes cometidos por magistrados.



- d) O CNJ pode rever processos disciplinares de juízes julgados a qualquer tempo.
- e) O CNJ tem poderes para investigar Ministros do Tribunal de Contas da União.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

#### **11. São poderes da Administração Pública, EXCETO:**

- a) Poder hierárquico.
- b) Poder moderador.
- c) Poder disciplinar.
- d) Poder regulamentar.
- e) Poder de polícia.

#### **12. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A Administração não pode anular seus próprios atos, quando evitados de vício de legalidade.
- b) A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, independentemente dos direitos adquiridos.
- c) São atributos do ato administrativo a autoexecutoriedade, a competência e a presunção de legitimidade.
- d) São elementos ou requisitos do ato administrativo a forma e a finalidade.
- e) Na Administração Pública, um ato administrativo é o ato jurídico que concretiza o exercício da função executiva do Estado.

#### **13. São modalidades de licitação, EXCETO:**

- a) Concorrência.
- b) Tomada de preço.
- c) Convite.
- d) Concurso público.
- e) Leilão.

#### **14. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- b) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- c) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- d) As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas, em decorrência do princípio da proibição do *bis in idem*.
- e) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

#### **15. Quanto à improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o parcial ressarcimento do dano.
- b) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- c) Apenas os agentes políticos e o Ministério Público poderão representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade
- d) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações legais independentemente do valor da herança.
- e) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades da Administração direta, indireta ou fundacional.



## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **16. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É possível, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, a recepção de petições por meio eletrônico.
- b) Compete ao Juizado Especial Federal processar, conciliar e julgar as causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos.
- c) A União, autarquias e empresas públicas federais poderão figurar como autoras no âmbito dos Juizados Especiais Federais.
- d) No âmbito dos Juizados Especiais Federais, não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.
- e) No âmbito dos Juizados Especiais Federais a representação por advogado é facultativa.

### **17. A petição inicial deverá indicar, EXCETO:**

- a) O juiz ou tribunal a que é dirigida.
- b) As qualificações do autor e do réu.
- c) O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- d) A resposta a todas as alegações apresentadas pelo autor.
- e) O valor da causa.

### **18. Quanto à revelia, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
- b) O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- c) O juiz dará curador especial ao revel citado por edital.
- d) O juiz dará curador especial ao revel citado por carta precatória.

- e) Se o réu contestar a ação, não será decretada a revelia.

### **19. A ação adequada à cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública de natureza tributária é:**

- a) Ação Civil Pública.
- b) Mandado de Segurança.
- c) Execução Fiscal.
- d) Ação Monitória.
- e) Ação de Desapropriação.

### **20. Nas execuções, a preferência da penhora deverá ser sobre:**

- a) Dinheiro, utilizando-se para tal o sistema BACENJUD.
- b) Veículos, utilizando-se para tal o sistema RENAJUD.
- c) Imóveis.
- d) Móveis.
- e) Pedras preciosas.

### **21. Quanto à competência, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A competência territorial, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, é relativa.
- b) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas e os conflitos entre a União e os Estados.
- c) A competência territorial diz respeito ao valor e à matéria.
- d) A competência consiste em uma das condições da ação.
- e) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas e os conflitos entre a União e os Municípios.

### **22. Fala-se que uma ação é idêntica à outra quando tiver:**

- a) A mesma natureza.
- b) Os mesmos advogados.
- c) O mesmo pedido, as mesmas partes e a mesma causa de pedir.



- d) O mesmo valor da causa.
- e) Fundamentos e pedidos de mesma natureza.

**23. De acordo com o Código de Processo Civil, o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente, denomina-se:**

- a) Despacho.
- b) Sentença.
- c) Ato ordinatório.
- d) Acórdão.
- e) Decisão interlocutória.

**24. Nos termos da Lei nº 9.099/1995, apenas caberão embargos de declaração quando na sentença ou acórdão houver:**

- a) Obscuridade.
- b) Contradição.
- c) Omissão.
- d) Dúvida.
- e) Todas as alternativas anteriores.

**25. Dos instrumentos processuais previstos no Código de Processo Civil, qual deles não possui a natureza jurídica de recurso?**

- a) Embargos de declaração.
- b) Agravo de instrumento.
- c) Embargos de Terceiros.
- d) Apelação.
- e) Recurso especial.

### **DIREITO CIVIL**

**26. Alcaçuz foi diagnosticado como sendo ébrio habitual tendo em vista que, por diversas vezes, foi encontrado na rua, sem distinguir o seu destino geográfico. Houve regular laudo médico para constatar o mal por ele portado. Nos termos do Código Civil, Alcaçuz é considerado:**

- a) Plenamente capaz.

- b) Absolutamente incapaz.
- c) Relativamente incapaz.
- d) Medianamente incapaz.
- e) Totalmente capaz.

**27. Em relação ao domicílio da pessoa natural, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O domicílio do incapaz é o lugar em que for encontrado.
- b) O domicílio do marítimo é o porto em que o navio estiver atracado.
- c) O domicílio do preso é o local da sua última residência no país.
- d) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- e) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio todas elas.

**28. É nulo o negócio jurídico:**

- a) Por incapacidade relativa do agente.
- b) Por vício resultante de erro ou dolo.
- c) Se ilícito ou impossível o seu objeto.
- d) Se não confirmado pelas partes.
- e) Por dolo, quando este for a sua causa.

**29. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código Civil, NÃO corre a prescrição.**

- I. entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- II. entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- III. entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.



**IV. contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.**

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I, II e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e IV.
- e) I, II, III e IV.

**30. A respeito do pagamento, conforme disposição expressa prevista no Código Civil, é CORRETO afirmar:**

- a) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, quando for comprovadamente mais valiosa.
- b) O pagamento feito por terceiro, com oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- c) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- d) Se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, sem a possibilidade de regresso contra o credor.
- e) O pagamento só deve ser feito ao credor, não podendo ser realizado a quem o representante.

### **DIREITO PENAL**

**31. Se o fato é cometido sob coação moral irresistível, só é punível o autor da coação, pois, na hipótese, falta ao coagido:**

- a) Imputabilidade.
- b) Potencial consciência da ilicitude.
- c) Exigibilidade de conduta diversa.
- d) Punibilidade.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**32. Os menores de dezoito anos que já tenham se casado ou constituído negócio próprio são considerados penalmente:**

- a) Inimputáveis.
- b) Semi-imputáveis.
- c) Responsáveis.
- d) Capazes.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**33. Segundo o conceito restritivo, é autor aquele que:**

- a) tem o domínio do fato.
- b) realiza a conduta típica descrita na lei.
- c) contribui com alguma forma para o resultado.
- d) age dolosamente na prática do crime.
- e) pratica o fato por interposta pessoa que atua sem culpabilidade.

**34. Considerando os crimes contra a Administração Pública, previstos no Código Penal e praticados por funcionário público, é correto afirmar que a conduta de "solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem", tipificará o crime de:**

- a) Emprego irregular de verbas.
- b) Corrupção passiva.
- c) Concussão.
- d) Excesso de exação.
- e) Peculato.

**35. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, configura o crime de:**

- a) Supressão de documento.
- b) Falsidade ideológica.
- c) Falso reconhecimento.



- d) Falsificação de documento particular.
- e) Falsificação de sinal público.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**36. Ocorrido um crime de roubo perpetrado na cidade de Cuiabá-MT contra agência bancária da Caixa Econômica Federal, em que tenha havido a subtração de dinheiro do caixa, a competência para a ação penal é da:**

- a) Justiça Estadual.
- b) Justiça Federal.
- c) Justiça Federal ou Justiça Estadual, observada a regra de prevenção.
- d) Justiça Federal ou Justiça Estadual, conforme o inquérito tenha sido conduzido pela Polícia Federal ou pela Polícia Estadual.
- e) Justiça Federal ou Justiça Estadual, observada a regra de conexão e continência.

**37. Quando o réu estiver fora do território da jurisdição processante,**

- a) Será citado mediante carta precatória.
- b) Será citado por hora certa.
- c) Será julgado à revelia.
- d) Deverá ser dispensado de comparecer nas audiências, devendo ser interrogado por videoconferência.
- e) Deverá solicitar que o processo seja remetido para a comarca de sua residência, a fim de que possa se defender melhor dos fatos que lhe são imputados na denúncia.

**38. Em relação ao tema prisão, é CORRETO afirmar que:**

- a) O emprego de força para a realização da prisão será permitido sempre que a autoridade policial julgar necessário, não existindo restrição legal.
- b) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade de domicílio.

- c) A prisão cautelar somente ocorre durante o inquérito policial.
- d) Em todas as suas hipóteses, é imprescindível a existência de mandado judicial prévio.
- e) A prisão preventiva somente ocorre durante o processo judicial.

**39. No que diz respeito à sentença, é INCORRETO afirmar que:**

- a) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.
- b) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- c) O juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerados os prejuízos sofridos pelo ofendido.
- d) O juiz, ao proferir sentença condenatória, decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção de prisão preventiva.
- e) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.

**40. Em relação aos recursos, é CORRETO afirmar que:**

- a) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou a queixa.
- b) O apelante não poderá arrazoar a apelação em segunda instância.
- c) Caberá recurso em sentido estrito da decisão de pronúncia.
- d) É dispensável a preliminar de repercussão geral no recurso extraordinário que verse sobre matéria penal.
- e) O prazo para interposição do recurso de apelação é de 8 (oito) dias.



### DIREITO TRIBUTÁRIO

**41. Diante de situação fática não prevista expressamente na legislação, vislumbrada lacuna a ser superada, a autoridade judicial fez uso de norma expressa existente no ordenamento jurídico para hipótese semelhante à que deveria julgar. Neste caso, a integração da lacuna se deu por:**

- a) Utilização do princípio da legalidade.
- b) Uso da equidade.
- c) Utilização da analogia.
- d) Interpretação axiológica.
- e) Uso do princípio da isonomia.

**42. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:**

- a) Impostos, tarifas e contribuição de melhoria.
- b) Impostos, taxas, tarifas e contribuição de melhoria.
- c) Taxas, tarifas e contribuição de melhoria.
- d) Impostos, taxas e contribuição de melhoria.
- e) Impostos, taxas e tarifas.

**43. Dentro da competência da União, estão os impostos:**

- a) Imposto sobre a propriedade territorial rural, imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos, imposto sobre a propriedade territorial urbana.
- b) Imposto sobre produtos industrializados, imposto sobre a propriedade territorial rural.
- c) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, imposto sobre a propriedade territorial rural e imposto sobre propriedade de veículos automotores.
- d) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, imposto sobre a propriedade territorial rural, imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos.

- e) Imposto sobre a propriedade territorial rural, imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos e imposto sobre operações financeiras.

**44. Assinale a alternativa CORRETA com a diferença entre isenção e imunidade.**

- a) Isenção e não incidência são iguais, já a imunidade assemelha-se à chamada alíquota zero.
- b) A isenção é criada por decreto do chefe do Executivo, já a imunidade é criada por decreto legislativo.
- c) Isenção somente se refere a taxas e contribuições, já a imunidade abrange todos os tipos de tributos.
- d) Isenção é prevista em lei, já a imunidade é constitucionalmente estipulada.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**45. Assinale a alternativa CORRETA:**

“A aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda ou proventos de qualquer natureza”, sob o enfoque do imposto de renda, caracteriza o conceito de:

- a) Alíquota.
- b) Base de cálculo.
- c) Fato gerador.
- d) Forma de incidência.
- e) Período de incidência.

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**46. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), deve ser observado o seguinte objetivo específico aplicado ao sistema de Seguridade Social:**

- a) Prestações flexíveis e redutíveis.
- b) Uniformidade dos benefícios urbanos e rurais.
- c) Base de financiamento única.
- d) Tratamento hospitalar público especializado.





e) Atendimento restrito aos mais carentes.

**47. Terá direito ao recebimento de um salário mínimo mensal, conforme dispuser a lei:**

- a) A pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribuam à seguridade social.
- b) A pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, independentemente de contribuição à seguridade social.
- c) Apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
- d) Apenas o idoso, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
- e) Apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção, mesmo que sua família possa provê-la, independentemente de contribuição à seguridade social.

**48. Nos termos da lei federal que regula o custeio da previdência pública pelo regime geral, é considerada segurada especial a pessoa física:**

- a) Que presta serviço de natureza urbana à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração.
- b) Residente em imóvel rural na condição de seringueiro autorizado e que tal atividade seja seu principal meio de vida.
- c) Empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- d) Exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- e) Ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, autarquias,

inclusive em regime especial, e fundações públicas federais.

**49. O Regime Geral da Previdência Social garante, quanto aos segurados, os seguintes benefícios:**

- a) Aposentadoria por idade, pensão por morte e salário-família.
- b) Aposentadoria por invalidez, salário-maternidade e auxílio-acidente.
- c) Auxílio-reclusão, pensão por morte e aposentadoria por tempo de serviço.
- d) Auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-reclusão.
- e) aposentadoria especial, auxílio-acidente e pensão por morte.

**50. Assinale a alternativa INCORRETA:**

São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependente do segurado:

- a) O cônjuge.
- b) Os pais.
- c) A companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.
- d) O sogro, sogra maior de 70 (setenta) anos inválido.
- e) O irmão não emancipado, de qualquer condição menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.

**PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO**

**INSTRUÇÕES:**

- Redija um texto dissertativo, em norma padrão da Língua Portuguesa, sobre **DANOS MORAIS** abordando os seguintes tópicos:
  - a) Conceito;
  - b) Previsão constitucional expressa ou implícita;
  - c) A prova da ocorrência do dano moral;
  - d) Dano moral contra pessoa jurídica;
  - e) Quantificação do valor da indenização;
- O texto da Redação deverá observar os limites **MÍNIMO de 30 (trinta)** linhas e **MÁXIMO de 50 (cinquenta)** linhas;
- A Redação deverá ser manuscrita por meio de caneta esferográfica de tinta **PRETA** ou **AZUL**;
- Em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado no momento da correção.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Concurso Público - Estágio Remunerado - Edital 01/2015

### FOLHA DE RASCUNHO - REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Concurso Público - Estágio Remunerado - Edital 01/2015

29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	